



ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO E ORGANISMOS INTERNACIONAIS: CONTINUIDADES E APROFUNDAMENTOS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS

Rodrigo da Silva Pereira¹
Maria Abádia da Silva²

Resumo

O texto parte do campo teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético e tem como objetivo analisar as relações hierárquicas entre os Organismos Internacionais e o Estado brasileiro dentro da ordem jurídico-constitucional e suas implicações na Educação. A revisão bibliográfica e análise documental subsidiaram a construção do trabalho. Problematiza as marcas de dominação, exploração e reprodução neste período particular da produção capitalista e, a partir destas reflexões, constata que há continuidades das reformas educacionais, desde 1990, com o aprofundamento das parcerias público-privadas, adoção do modelo das fundações não estatais, contratos de gestão e de tempo parcial na educação pública, além de reordenamentos jurídico e constitucional no país em acordo com a lógica do capital. Aponta, ainda, como instituições e intelectuais do campo privado-mercantil operam um processo de privatização na e da Educação, alterando seu caráter público e estatal, transformando-a em um nicho de investimentos financeiros. Conclui que é preciso alterar a correlação de forças entre capital e trabalho por meio da resistência organizada dos movimentos sociais e populares, que defendem a educação pública e estatal como um direito que imprime, em nós, a humanidade e o senso de justiça.

Palavras-chaves: Banco Mundial. OCDE. Reformas educacionais. Gestão pública.

BRAZILIAN CAPITALIST STATE AND INTERNATIONAL ORGANIZATIONS: CONTINUITIES AND DEEPENING IN EDUCACIONAL REFORMS

Abstract

The text starts from the theoretical-methodological field of historical-dialectical materialism in order to analyze the hierarchical relations between the International Organizations and the Brazilian State within the constitutional legal order and their implications over the education. Bibliographic review and documental analysis subsidized the work building. It problematizes the domination marks, exploitation and reproduction in this particular period of the capitalist production, and from these reflections, it notes out there is continuation of educational reforms since 1990, with the deepening of public-private partnerships, the adoption of the private foundations model, management contracts and part-time contracts in public education, as well as establishing another legal and constitutional law in the country, according to the logic of capital. It also points out how private institutions and scholars from the private-commercial field operate a process of privatization in and of the education,



changing its public and state character, transforming it into a niche of financial investments. It concludes there is the need to change the strength correlation between capital and work through organized resistance of social and popular movements, which advocate public and state education as a right that impress humanity and justice sense on us.

Keywords: World Bank. OECD. Educational reforms. Public management.

ESTADO CAPITALISTA BRASILEÑO Y ORGANIZACIONES INTERNACIONALES: CONTINUIDADES Y PROFUNDIZACIÓN DE REFORMAS EDUCACIONALES

Resumen

El texto parte del campo teórico-metodológico del materialismo histórico-dialéctico y tiene como objetivo analizar las relaciones jerárquicas entre las Organizaciones Internacionales y el Estado Brasileño dentro del orden jurídico constitucional y sus implicaciones en la Educación. La revisión bibliográfica y el análisis documental subvencionaron la construcción del trabajo. Problematisa las marcas de dominación, exploración y reproducción en este periodo particular de producción capitalista, y desde estas reflexiones, constata que hay continuidad de las reformas educacionales desde 1990, con la consolidación de asociaciones público-privadas, la adopción del modelo de las fundaciones privadas, contratos de tiempo parcial en la Educación Pública, y la instauración de otro reordenamiento jurídico y constitucional en el país, de acuerdo con la lógica del capital. Aún apunta como instituciones e intelectuales del campo del mercado privado operan un proceso de privatización en y de la Educación, cambiando su carácter público y estatal, transformándola en un nicho de inversiones financieras. Concluye que es necesario cambiar la correlación de fuerzas entre capital y trabajo por medio de la resistencia organizada de los movimientos sociales y populares, los cuáles defienden la educación pública y estatal como derecho que imprime la humanidad y el sentido de justicia en nosotros.

Palabras clave: Banco Mundial. OCDE. Reformas educacionales. Gestión pública.

INTRODUÇÃO

Há uma onda conservadora de governantes, ministros de Estado, investidores de capital e fundos públicos e tecnocratas dispostos a executar seu projeto hegemônico voltado para a expansão de mercado livre, aumento do padrão de acumulação de capital e alterações na legislação referente aos direitos sociais e trabalhistas. Há uma busca desenfreada para criar nas pessoas, cada vez mais, necessidades de consumo de bens materiais, serviços e equipamentos que possam fazer fluir a economia. Estes produtos e objetos tecnológicos parecem satisfazer desejos, mas ao invés disso, promovem a geração de dependência pessoal



e coletiva, movimentando a indústria, o comércio, a circulação de mercadorias, enfim, o aumento do fluxo de capitais.

Os governantes, empresários, investidores e banqueiros, arautos de negócios livres, tropeçaram em suas crenças quando as crises do capital, sobretudo de 2008, abalaram os pilares econômicos de autorregulação do mercado. Tais crises demonstraram, inclusive, que há um esgotamento do sistema, presente nos marcos do capitalismo, das relações econômicas, políticas e sociais, potencializadas pelas tecnologias da comunicação, mesmo com alguns anteparos do Estado. Para governar, os arautos do capital modificam a legislação dos países para realizar aplicações financeiras e rentistas dentro da ordem, e apontam que a riqueza dos Estados provém da exploração da força de trabalho e do capital financeiro flutuante em ambientes seguros.

Há um ordenamento geopolítico e econômico sendo conduzido pelos senhores de Davos-Suíça, marcado pelo crescimento da riqueza de ricos e milionários por meio de transações financeiras rentistas, juros exorbitantes e da superexploração da força de trabalho, acentuando ainda mais a divisão social do trabalho. No âmbito deste ordenamento político estão postas outras bases para a administração pública - *a nova gestão pública* - e para as instituições sociais, pois a lógica subjacente é torná-las semelhantes às instituições econômicas e comerciais.

Desde a Conferência de Seattle, em 2002, os senhores de negócios do capital insistem em ampliar os mercados livres para outros nichos, neste caso, *os nichos sociais*. A Educação Básica e Superior pública, antes assumida como função precípua do Estado, tornou-se espaço para empreendimentos lucrativos, rentáveis e exploráveis livremente no mercado. Assim, para alcançar esses nichos sociais dentro da ordem democrática e constitucional, instituições financeiras como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE passaram a atuar com proposição de políticas de gestão e negócios para os países-membros e parceiros. (FELDFEBER, 2009; PEREIRA, R., 2016; FREITAS, 2017). Além disso, esses tecnocratas passaram a atuar nos governos, nos ministérios e nas secretarias estaduais de educação com a aquiescência de gestores e técnicos locais. Deste modo, dentro da ordem jurídico-institucional, articulam políticas, programas e princípios comerciais para a educação brasileira com pretensa suposição de melhorar a gestão da educação e da escola no circuito e indicadores internacionais.

Este modelo geopolítico, econômico, jurídico e transnacional vem direcionando a política educacional dos países, conectando-a com a macro da política internacional e decisões externas de corporações, organizações econômicas, fundações, investidores organizações não governamentais, associações privadas e redes de comunicação. Se de um lado, na conjuntura atual, a economia arrasta a política e imprime a ideologia de único caminho; por outro interfere no âmbito social, na vida das pessoas e, com auxílio de



tecnologias, traz outros atores inter e transnacionais, de distintos setores privados, ávidos para ampliar negócios, para o plano das decisões socioeducacionais.

Com este raciocínio buscamos nos aproximar da fundamentação teórico-metodológica assentada na concepção filosófica, de ciência e de história que, a partir da aparência do fenômeno, busca apreender o núcleo, a essência contida nas ações e atos humanos em um determinado tempo e espaço. Deste modo, parte-se dos homens e mulheres reais e em suas atividades de trabalho, arte e cultura, das condições materiais que determinam a reprodução de suas vidas em sociedade para chegar ao íntimo das contradições sociais. As políticas e as ideologias dos governos, dos empresários nacionais e internacionais e dos blocos hegemônicos forjam as formas de organização da vida material e imaterial dos seres humanos. Assim,

[...] os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como a produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica (MARX; ENGELS, 1984, p. 26).

Este ensaio parte das circunstâncias históricas de 2000 em diante e intenta problematizar: a) as marcas de dominação, exploração e reprodução nesta fase do modo de produção capitalista; b) as continuidades e aprofundamentos das reformas educacionais a partir de 2003, considerando as proposições dos intelectuais orgânicos do Banco Mundial e da OCDE; e c) as ações e atos do Governo Federal brasileiro no reordenamento jurídico e constitucional no marco do ciclo de crise estrutural do capital. Passemos, então, à reflexão!

DOMINAÇÃO, EXPLORAÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA ORDEM INTERNACIONAL

A partir de 2008, os governos conservadores afinaram seu projeto hegemônico para sustentar o capital com as seguintes características: *no plano político e econômico*, por meio de obtenção de riquezas sobre rendas, expansão de mercados, ampliação da circulação do capital fictício, garantia da ordem interna e segurança do capital, garantia de livre concorrência de produtos, de serviços e bens, livre circulação de mercadorias e serviços, garantia de pagamento dos empréstimos e *superávit* primário dos países, adoção de medidas de racionalização da gestão pública do Estado como promotor e regulador do desenvolvimento do capital. *No plano político e ideológico*, mediante a atuação de grupos internacionais na oferta da educação privada e pública, atuação de investidores em fundos públicos, formação de redes para ação, fundações externas e corporações, como *Google, Microsoft, Lego, fundações Rockefeller, Ford, Bridge Internacional Academies*, que são outros atores que disputam a oferta da educação. (PAULO NETO, 2010).



Adiciona-se, ainda, a atuação do Banco Mundial, da Unesco e da OCDE em um processo *contínuo* de pleitear a Educação pública brasileira, ora associando-a à teoria do capital humano, ora elevando-a para o mercado de negócios comercializáveis, e ora exigindo dela formação para que trabalhadores possam disputar emprego em um mercado volátil. *No plano político e jurídico*, as reuniões em Davos/Suíça, dos governantes e investidores servem para afirmar quem tem poder e capacidade de mando e pressão! Ao fim e ao cabo, estes *senhores* hierarquizam o tamanho de poder e força de cada país na ordem internacional, sendo, depois, consignados por protocolos diplomáticos, jurídicos e acordos econômicos.

Historicamente, a atuação política, ideológica e econômica do Banco Mundial pode ser dividida em: 1ª fase (1944-1968) – empréstimos, acordos e cooperação técnica e financeira aos governos nacionais para a reconstrução das economias devastadas pela 1ª Guerra Mundial; 2ª fase (1968-1989) - apostaram na teoria do capital humano para por as economias no ritmo de crescimento adequado, direcionaram empréstimos para áreas sociais, a fim de garantir segurança para o capital; 3ª fase (1990-2008) - adoção, pelos países-membros, da política de ajustes estruturais e empréstimos para projetos e programas para setores focalizados, reforma do Estado e consolidação da regulação transnacional; 4ª fase (2008-2016) - exigência de que os países-membros adotem outro padrão de acumulação e reprodução do capital, capitaneado pelos fundos de investimentos rentistas. (PEREIRA, J., 2010; SILVA, 2002).

Em todas estas fases, o capital mergulhou os governos e o sistema econômico dos países em crises profundas, perdas, desemprego e contenção dos direitos sociais. Mesmo assim, investidores, empresários e banqueiros buscaram formas de se recompor e reproduzirem a si mesmos, seja na produção, consumo, na circulação de mercadorias e na exploração da força de trabalho fixo ou móvel, nas distintas regiões e latitudes. (LEHER; VITTORIA; MOTA, 2017; BUENO; FIGUEIREDO, 2012; PEREIRA, J., 2010).

De crise em crise (1973, 1989, 2008 e 2016), o capital busca ancorar-se no Estado capitalista para que este os salve dos capitalistas (LOMBARDI, 2016) e dê segurança jurídica e política aos seus negócios econômicos. Diante de sucessivas crises conjunturais e estruturais, recorrem à intervenção do Estado para que controle os desequilíbrios e turbulências constantes, pois, diante da especulação financeira, não há autorregulação que se sustente! Há, sim, um colapso nas relações de produção, consumo e circulação de mercadorias! Sem limites e regras não há mercado livre que se sustente!

Nesse interregno, os argumentos dos neoliberais, daqueles que têm uma fé inabalável no mercado, persistiram. Afirmavam eles que o Estado capitalista havia se inclinado demais para as políticas sociais. E foi neste terreno que floresceram, sob o ponto de vista neoliberal, as proposições de privatização, terceirização, racionalização, eficiência e eficácia, competitividade, parcerias público-privadas, dos contratos de gestão, flexibilidade, descentralização e focalização para políticas sociais.



A década de 1990 foi rigorosa na condução desse projeto hegemônico dos arautos do mercado livre e rentista. (STIGLITZ, 2003). Eles venderam, aos governos nacionais, um pacote político-administrativo para limitar gastos socioeducacionais, direcionando o Estado para os interesses do capital financeiro. Exemplo disso foram os planos de ajustes estruturais e reformas da previdência, trabalhista e educacional, agora, em 2017, em plena aprovação no Congresso Nacional. A adoção de parcerias público-privadas, os contratos de gestão, as fundações e associações privadas voltadas para a oferta da educação pública tornaram-se modelo de gestão pública a ser incorporado pelas instituições universitárias e escolas públicas, tornando-as semelhantes às empresas privadas. Eis o nicho social que os investidores pressionam para explorar seus negócios.

Na hierarquia dos países, a composição de blocos hegemônicos mostra a dimensão do poder político e bélico e das forças econômicas da cada país. Observe que os Estados Unidos, a União Europeia, Parlamento Europeu, Mercosul e a Liga do Pacífico evidenciam quais são os blocos políticos dominantes que articulam, comandam, tomam decisões, estabelecem políticas e firmam os interesses supragovernamentais. Neste cenário conjuntural movimentam-se os seguintes blocos:

Bloco do poder econômico: representado por grupos de monopólios dos setores de produtos farmacêuticos, agrotóxicos, sementes, alimentos e bebidas; indústria química, aço, ferro e minérios, cosméticos, da informática e telecomunicações, eletrodomésticos, automobilística, armamentos bélicos, transportes, biotecnologia, têxteis e vestuário, setor bancário, de finanças internacionais e de investidores de fundos públicos;

Bloco do poder político e jurídico: representado por instituições multilaterais dos Estados Unidos, União Europeia, Parlamento Europeu, Tigres Asiáticos, Nafta, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização Mundial do Comércio - OMC, Organização das Nações Unidas - ONU, Organização dos Estados Americanos - OEA, Unesco, Grupo do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional - FMI e G8, na Reunião Anual de Davos/Suíça;

Bloco de poder ideológico: representado instituições dos Estados Unidos e por monopólios ou oligopólios dos setores da telecomunicação e mídia impressa oficial, propagandas oficiais dos governos, dos empresários e investidores, confederações dos setores da indústria e comércio e todo complexo de igrejas cristãs.

Para potencializar políticas e programas, os arautos do mercado agem de forma combinada e cruzada, têm seus representantes nas instituições políticas, jurídicas e financeiras, pois governar significa governar para o capital. Eles pressionam e obtêm, dos governos, subsídios locais, isenção de impostos, favorecimentos, taxa de juros elevada e vantagens, dentro da legalidade instituída. Ainda, para conduzir seus negócios, estreitam relações com governos, partidos políticos e outros empresários, a fim de firmarem bases sólidas de segurança para suas aplicações no seguinte tripé: produção, circulação e consumo



de mercadorias; anuência dos governos locais para garantir segurança nos contratos e cumprimento da legislação constitucional; e exploração da força de trabalho dentro da ordem e legislação trabalhista de cada país.

No âmbito da Educação pública, os investidores e empresários do setor da educação procuram nichos para negócios rentáveis. Se, em 1973, Theodore W. Schultz, com os argumentos postos na teoria do capital humano, afirmava que quanto mais educação o indivíduo recebia, maior a chance de aumentar sua produtividade, esta assertiva tropeçou em outros fatores internos, e os argumentos não se confirmaram. A linearidade entre educação e aumento das taxas de produção mostrou-se incerta. Mesmo assim, Educação e crescimento econômico serviram e servem de ideologia política para os organismos multilaterais atraírem adeptos e crentes.

Após 2003, governantes neoconservadores retomaram as teses econômicas clássicas de Friedrich August Von Hayek, no livro *Caminho da Servidão*, publicado em 1946. Contrapondo ao modelo de intervenção do Estado na economia, Hayek propôs o *laissez faire*, mercado livre para os negócios. Afirmava que, como em um cassino, cada jogador faz o seu jogo! Cada indivíduo é livre para fazer as suas apostas e escolhas. Tanta liberdade aos mercados serviu para potencializar os ciclos de crises estruturais sucessivas. No início eram crises pontuais, em determinada região; depois, passaram a se alastrar, incidindo sem trégua em outros países e na vida dos trabalhadores. Essas crises agravavam o desemprego, as condições de trabalho, questões de saúde, da educação, da previdência, ambientais, enfim, assolaram e assolam a vida dos mais frágeis, os trabalhadores urbanos e do campo, servidores públicos e privados.

Duas visões revelam o contexto histórico. Na primeira, David Harvey (2011) afirma a crise do capital em 2008, “[...] se propagou em cascata, de uma esfera para outra, e de uma localização geográfica para outra, com toda sorte de rebotes e respostas que pareciam quase impossíveis de colocar sob controle, muito menos parar e levar para trás.” (HARVEY, 2011, p. 39). E nesse cenário, o tabuleiro do poder nos países centrais do capitalismo avançou em uma perspectiva conservadora, com a eleição de presidentes, chanceleres e ministros de Estado comprometidos com o projeto conservador liberal. E na segunda, Jim Yong Kim, presidente do Banco Mundial afirmou, em fevereiro de 2017, que:

El mundo está cambiando con rapidez, y para que la educación siga actuando como combustible del crecimiento y la prosperidad, es necesario adaptar los sistemas a esos cambios. Para esto, debemos hacer tres cosas: primero y principal, debemos invertir fuertemente en los primeros años de vida. En segundo lugar, debemos repensar qué enseñamos y cómo aprenden los niños. Por último, los sistemas educativos deben inculcar las aptitudes que resulten pertinentes para los mercados de hoy y los empleos del futuro. (KIM, 2017³).

A crise econômica de 2008, oriunda dos Estados Unidos, fez desabar a crença e confiança absoluta nos mercados livres. (STIGLITZ, 2003). E para levantar-se das ruínas e



continuar obtendo os rendimentos nos níveis desejados, esses senhores vão apostar no nicho da Educação como combustível para o crescimento dos países. Para tanto e com a anuência dos governos nacionais, induzem políticas e programas com a finalidade de transpor as barreiras constitucionais dos países e por a educação pública no campo de negócios comercializáveis. Assim, validada pela suposta sociedade do conhecimento, pela oratória das competências e habilidades e pela propaganda dos baixos indicadores e índices de qualidade da Educação Básica, os governos brasileiros, independentes de partido político, desde 1990 adotam mecanismos constitucionais, jurídicos e normativos para expansão de mercados livres e competitivos na Educação Básica e Superior.

CONTINUIDADES E APROFUNDAMENTOS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS SOB A LÓGICA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Historicamente, a década de 1990 foi marcada pelo advento da aceleração do ritmo da globalização econômica, que trouxe consigo um processo de financeirização da economia. O câmbio flutuante e o capital fictício tornaram as operações, no âmbito do mercado financeiro, mais dinâmicas e rentáveis para os especuladores nacionais e internacionais. Acompanhadas desse movimento, as crises do capitalismo também se tornaram mais profundas, e seus impactos, mais abrangentes e céleres. Vive-se a era dos colapsos financeiros, concentração de riquezas para alguns e empobrecimento de muitos. Diante disso, para recompor os ganhos, o Estado capitalista adotou medidas para garantia da lucratividade do capital, ampliar as condições de produção, circulação, reprodução, além de renovar empréstimos com juros e aplicações nos fundos públicos.

Por outro lado, a situação da crise estrutural do capital permite avançar para duas direções: na primeira, contata-se a redução do financiamento estatal para provimento de direitos sociais, como Educação, saúde, cultura, previdência; a segunda traz uma oratória da teoria do capital humano para o crescimento econômico e a produtividade atrelada aos interesses dos mercados livres. Ambas estão permeadas por um processo político-ideológico de fazer crer que não há saídas fora da lógica capitalista e, para isso, novos empresários privados do capital são necessários para ofertar serviços de Educação, saúde e previdência. Enquanto isso, o governo federal, partidos políticos e empresários modificam a Constituição Federal de 1988, suprimindo direitos sociais e da previdência.

A partir de 1990, as políticas e decisões internacionais foram assumidas pelos governos locais como parte das relações diplomáticas e negócios supranacionais. A administração pública gerencial iniciada no Reino Unido e nos Estados Unidos permeou a reforma do Estado brasileiro, mediante adoção de princípios e programas combinados com alterações na legislação. O centro dessa reforma foi a redução do financiamento das políticas sociais com multi programas de privatização do patrimônio público, e com aumento de



transferências de dinheiro público para iniciativa privada por meio de parcerias para gerir parte da oferta de serviços e de infraestrutura. Caberia ao Estado somente as funções de fiscalização e regulação dos serviços públicos: saúde, Educação e previdência; estes, autorregulados pelo mercado e livre concorrência.

Na Educação Superior, governos, empresários e partidos políticos buscaram alterar a legislação para diversificar as características destas instituições, e permitiram a criação de fundações privadas, alteraram as relações públicas por meio de contrato de gestão, parcerias público-privadas, contratação em tempo parcial, terceirização de serviços de alimentação, limpeza e de segurança, todos são os sinais de mudanças! Ainda que o modelo burocrático tenha emperrado muito as atividades de ensino, pesquisa científica e tecnológica nas universidades, o que se deseja é romper com o princípio constitucional do tripé ensino, pesquisa e extensão para ampliar os nichos de investimentos privados dentro dos espaços públicos. Um dos resultados desse processo é que cerca de 70% das matrículas na Educação Superior são em instituições privadas.

Também na Educação Básica pública vimos investidas comerciais, quando estimularam e induziram processos de privatização dentro dos sistemas públicos de ensino, por meio da criação de unidades executoras, atuação das empresas sem fins lucrativos para firmar contratos de parcerias privadas, empresas que vendem materiais de apostila de conteúdos, terceirizações de trabalhadores, permissão de contratos via notório saber para atividades-fins, privatização de serviços de segurança escolar, limpeza, alimentação, reprografia e outros. Portanto, no âmbito da gestão educacional floresceram as crenças e confianças nos meios de automação, racionalidade instrumental e meritocracia, sustentadas por avaliações em larga escala, indicadores que mensuram o rendimento estudantil, desconsiderando as condições impostas pelas limitações do financiamento público que afetam diretamente as condições do trabalho docente e da infraestrutura das escolas e universidades públicas.

Governos, empresários, partidos políticos e investidores sustentaram a supremacia dos supostos benefícios do setor privado em relação ao público. Afirmam que os parâmetros da eficiência e eficácia dos mercados para a administração estatal, e que os indicadores da Educação Básica não estão no nível dos internacionais, e insistem que melhorar a qualidade do ensino é tão somente alcançar os índices. Deste modo, os indivíduos - estudantes, professores e diretores - são os responsáveis pelo produtivo funcionamento das instituições e pela busca de resultados compatíveis com os indicadores externos. O que estes homens de mercado não enxergam? As características de cada escola pública, sua singularidade e diversidade cultural, suas invenções e criações artísticas, as condições de trabalho dos professores, as formas de transporte dos alunos em distintas regiões, a necessidade de equipamentos tecnológicos e laboratoriais e um disputado mercado de trabalho onde não há vagas para todos. Não enxergam as pessoas, mas apenas consumidores! Não enxergam que a escolarização é parte da educação, e esta caminha sem fronteiras, é parte da condição



humana, e nos torna seres humanos nas relações com os outros e com a natureza. Educação nos imprime humanidade. E que o ensino ultrapassa português, matemática, ciências, e se propaga para muito além de currículo disciplinar.

Prossigamos na reflexão. Neste interregno, em janeiro de 2003, Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República e renovou a esperança de muitos na transformação social. Ocorre que este governo subscreveu a política de pacto social entre capital e trabalho e ampliou as contradições sociais ao tomar medidas que ora fortalecem a educação pública, ora criam condições para expandir as empresas de negócios. Tal fenômeno aprofundou a política de financeirização⁴ da economia em um contexto neoliberal de terceira via. (GIDDENS, 2001). Seus defensores propunham combinar crescimento econômico com conquistas sociais sob a égide do capital financeiro e sua sociabilidade. Assim, advogam um desenvolvimento mitigado, que segue o ordenamento mercadológico e, por meio das políticas sociais focalizadas, intenta obter certo consenso na sociedade para a garantia das condições de reprodução do capital.

De fato, de 2003 em diante, o Estado brasileiro assumiu inclinações neoliberais de terceira via, tais como a adoção do modelo gerencialista racional na administração pública, associação de resultados de desempenho dos estudantes aos indicadores de qualidade, a presença de grupos estrangeiros, parcerias público-privadas que possuem declarados interesses lucrativos na Educação, e adoção de rankings por escolas públicas. Observa-se um avanço da onda conservadora, que procura tornar a Educação Básica pública objeto rentável, por meio de pacotes de apostilas de conteúdos curriculares, parcerias com empresas do comércio na venda de vestuários e suas marcas, nas ações de conveniências com as fundações privadas *sem fins lucrativos* para atuar dentro das escolas, na terceirização dos serviços de alimentação, reprografia, segurança, limpeza e equipamentos de tecnologia, entre outros.

Por outro lado, a realidade também expõe suas ambiguidades e paradoxos. De modo que é no movimento do real que se evidenciam as contradições. Por exemplo, a Emenda Constitucional 59/2009 – que retirou a Educação da Desvinculação das Receitas da União - reacendeu as disputas pelos recursos financeiros para educação pública em um duelo entre instituições públicas e privadas; a lei 11.738/2009, que instituiu o piso salarial nacional para os trabalhadores em Educação; a construção coletiva de Conferências Nacionais de Educação; o Fundeb e a Lei 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, mesmo com inúmeras contradições, resultam do confronto entre as forças econômicas, jurídicas e políticas em torno do projeto hegemônico conservador e heterogêneas forças sociais, populares e associações científicas.

Em meio a essas contradições, durante o Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), na gestão do ministro da Educação Cristovam Buarque, no ano de 2003, primou-se pela articulação sistêmica das relações institucionais entre o ministério da Educação - MEC



e os estados e municípios por meio do Programa de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares - Pró-Conselho, com a finalidade de prestar assistência técnica e operacional na elaboração dos planos estaduais e municipais de educação.

Por seu turno, o ministro da Educação Tarso Genro, de janeiro 2004 a julho 2005, priorizou, sob muitas resistências, um modelo de reforma universitária, e avançou na lei nº 11.079/2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Tanto a reforma universitária quanto as parcerias público-privadas foram objeto de tensões e disputas entre os grupos sociais e forças políticas e econômicas. Contudo, mesmo sem consenso, as medidas foram sendo implementadas na gestão pública e na Educação Superior. No decorrer dos anos seguintes, dissimularam-se os limites entre o que é público e o que é privado. Havia uma nítida disposição política para atender os empresários e os setores privados na oferta da Educação Superior e, ao mesmo tempo, atender as reivindicações dos setores populares que recebiam bolsas de estudo do Prouni e financiamento estudantil que, por sua vez, reabasteciam as vagas ociosas nos centros universitários, institutos ou faculdades privadas. O nicho social foi adquirido!

Contudo, foi na gestão de Fernando Haddad, entre 2005 e 2012, que ocorreram significativas mudanças: a aprovação da Lei 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, alterando a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96, dispendo sobre a duração de nove anos para o Ensino Fundamental e novas atribuições para estados e municípios. Além disso, o Programa *Mais Educação*, instituído pela portaria Interministerial nº 17/2007, sinalizou a ampliação da jornada escolar para estudantes. Outra política decisiva da gestão Fernando Haddad, em 2007, foi o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, sustentado em seis pilares: visão sistêmica da educação; regime de colaboração; territorialidade; desenvolvimento; responsabilização; e mobilidade social que, por meio do Decreto nº 6.094/2007 instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em articulação e aproximação com o movimento empresarial de mesmo nome.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – 2007, foi proposto com o objetivo articular as ações entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal para, em regime de colaboração, conjugar esforços em prol da melhoria da qualidade e ordenar os instrumentos sistêmicos de avaliação da educação básica. Nesta direção, o governo recompôs o regime de colaboração e reordenou algumas ações e monitoramento dos entes federados, de forma a elevar as metas e indicadores a serem alcançados pelas escolas, na mesma lógica da década anterior. Observe que, nesta ação, houve alteração da relação do MEC como os estados e municípios e o Distrito Federal, pois estes, para receber recursos financeiros, precisavam aderir ao Plano de Ações Articuladas – PAR e assumir compromissos em quatro dimensões: gestão educacional, formação de professores em serviço, práticas pedagógicas e avaliação, e a infraestrutura física e recursos pedagógicos.



De modo racional, o PAR promove uma articulação orgânica e sistêmica com as escolas públicas sob a lógica da razão instrumental e utilitária. Neste sentido, ao descentralizar ações para estados, municípios, Distrito Federal e escolas, o Ministério da Educação instituiu o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC como ambiente virtual acessado pela *internet*, uma ferramenta tecnológica de agilidade, transparência e monitoramento dos resultados dos programas do governo federal executados pelas escolas, e decisivo na gestão pública. O MEC instituiu e articulou os meios de contato direto com as escolas e redes de ensino, almejando garantir racionalidade, organicidade, monitoramento e prestação de contas *online*. Deste modo, ao descentralizar as ações para estados, municípios e escolas, recentraliza, fiscaliza, avalia e regula a Educação no país, tendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como instrumento burocrático racional e parâmetro de qualidade defensável na opinião pública. Ao descentralizar as ações para estados, municípios e Distrito Federal, no fundo, introduz mecanismos de fiscalização, avaliação e regulação da Educação no país, enaltece a crença nos indicadores da OCDE como sinônimos de qualidade em Educação sob os princípios da nova gestão pública. Assim, há continuidades e aprofundamentos de reformas na Educação, que passam, dentre outros, pelas parcerias público-privadas, contratos temporários e crescimento das fundações e das associações privadas sem fins lucrativos, terceirização dos serviços de gestão, alimentação, reprografia, limpeza, segurança e outros, na direção e na execução da Educação pública brasileira. (PERONI, 2015).

Neste interregno, desde 1995 a 2016, as raízes das parcerias público-privadas foram fincadas como a salvação para a melhoria de qualidade dos serviços públicos destinados aos trabalhadores. As fundações públicas de direito privado se fortaleceram dentro das universidades públicas e das administrações dos governos federal e estaduais, como forma de transferir recursos financeiros - ou de se esquivar do modelo burocrático - das instituições e prestar um serviço de suposta qualidade à população. Governos, ministros e empresários defendem as privatizações de serviços públicos, a instalação das agências reguladoras e contratos de gestão, adoção da política de resultados por desempenho, competitividade e produtividade, associadas aos indicadores externos, como uma saída da crise e um caminho promissor para a economia.

De fato, por meio de propaganda oficial, governos e setores empresariais de comunicação e midiáticos sustentam vantagens da privatização dos serviços públicos e procuram difundir a ideologia de que as fundações privadas dentro das instituições públicas de saúde, cultura, hospitais, secretarias, departamentos, universidades e Educação Básica como única estratégia política de melhor oferta desses serviços. Portanto, é possível afirmar que expandir a oferta desses direitos sociais, desta maneira, significa abrir espaços para expansão do capital monetário nacional e internacional. Significa dispor o nicho social para negócios rentáveis. Significa que esses senhores acreditam na supremacia do setor privado



sobre o setor público e na suposta melhoria dos serviços públicos com provimento pelos setores empresariais-mercantis. No entanto, precisa ser destacado, também, que prover saúde e Educação a toda população são tarefas clássicas dos Estados, uma conquista do processo civilizatório da vida na sociedade contemporânea, e que a Educação imprime, em nós, humanidade e senso de justiça.

Nesta conjuntura, em que as forças políticas e econômicas exigem medidas de expansão de mercados livres, os setores sociais e entidades científicas confrontam e lutam por direitos sociais e pela ampliação dos novos direitos para todos. Nesta relação, tensões e conflitos evidenciam as contradições: uns prosseguem na luta por direitos humanos; e outros persistem na busca de estratégias para expandir os espaços para exploração da força de trabalho e acumulação do capital. Pois bem! Neste movimento é que se observa a seguinte contradição: a maneira de governar dos neoconservadores beneficia e enriquece empresários, investidores e senhores do capital nos momentos de crises e, ao mesmo tempo, esses governos modificam a legislação nacional para convergir com os protocolos, acordos e convenções supranacionais, no mesmo momento em que novos setores e segmentos sociais heterogêneos buscam ampliar e assegurar direitos sociais e trabalhistas. Essa contradição persiste, pois, ao conquistar direitos, novamente, o capital busca meios para frear os direitos sociais e se recompor pela exploração da força de trabalho em todos os países e regiões. Vejamos, por exemplo, uma das propostas de intelectuais orgânicos do capital para a Educação Básica pública.

A PROPOSTA DOS INTELLECTUAIS DO CAPITAL PARA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

As forças políticas, econômicas e empresariais de diversos setores nacionais e internacionais, que já haviam alcançados lucros e altos juros nos negócios, continuavam insatisfeitos com seus rendimentos, e se insurgiram contra o governo de Dilma Wannan Rousseff (2011-2014). Assim, passaram a confrontar as decisões econômicas, exigindo condições e segurança de reprodução do capital, benefícios, privilégios e aprofundamento das reformas da previdência, trabalhista e da Educação brasileira.

Durante a campanha eleitoral de 2014 foi divulgado o documento *Sob a Luz do Sol: uma agenda para o Brasil*, elaborado no âmbito do Centro de Debate de Políticas Públicas⁵ (CDPP). Este documento reúne uma coletânea de artigos de intelectuais orgânicos do capital, dentre eles, Ilan Goldfajn, ex-economista do Fundo Monetário Internacional e atual (2017) presidente do Banco Central do Brasil; Joaquim Levy, atual diretor financeiro do grupo Banco Mundial e ex-ministro da Fazenda do Brasil; Naércio Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas (CPP) do Insper, professor Associado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), consultor da Fundação Itaú Social e colunista do jornal Valor Econômico. O Insper é uma instituição de



ensino e pesquisa sem fins lucrativos, e tem origem em transações financeiras do IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

O documento *Sob a luz do Sol: uma agenda para o Brasil* tem por objetivo “contribuir propondo uma agenda de política econômica para os próximos anos no Brasil”. Advoga que tal política “deve basear-se em três ingredientes básicos”: i) crescimento de produtividade do trabalho; ii) melhorias na gestão das políticas públicas e institucionalização da economia; iii) consistência das políticas macroeconômicas fiscal e a monetária. (CDPP, 2014b, p. 1-2). Dos sete eixos⁶, fixemo-nos no sexto - *Propostas para a educação e políticas sociais*, que está subsumido no item crescimento da produtividade, e que nos impõe analisar as implicações para a gestão da Educação.

Este documento *Sob a luz do Sol...* traz as medidas para a recuperação da produtividade, elencadas a partir de um marco institucional, que a) põe no centro a meta de inflação, progredindo para os índices inflacionários internacionais; b) defende o mercado livre, sem controle de preços; c) advoga pelo *superávit primário* para pagamento da dívida pública; d) enaltece a política de câmbio flutuante para equilibrar, dentro dos parâmetros internacionais, as contas externas; e) acastela a alta taxa de juros para combater a inflação; f) defende políticas de financiamento para o setor produtivo por meio dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador; g) preconiza a liberação da Petrobrás na “participação em todos os projetos do pré-sal”; h) enaltece as concessões de serviços públicos para administração da iniciativa privada; i) coloca-se contra “o uso de políticas de conteúdo nacional” no desenho dos leilões e contratos de concessão de serviços públicos; e j) preconiza a redução da política de juros subsidiados. (CDPP, 2014b, p. 3).

Tais medidas traduzem o programa do capital internacional para o Estado brasileiro. Trata-se de uma política econômica voltada para os interesses financeiros que impõe, à administração pública, um conjunto de medidas que buscam sua reprodução e ampliação nos marcos da globalização neoliberal e reestruturação do capitalismo. As medidas prescritas no *Sob a luz do Sol: uma agenda para o Brasil* já vinham sendo adotadas, pois,

[...] não pode surpreender que, nos oito anos da presidência de Lula da Silva, o sistema bancário brasileiro tenha registrado seus mais altos ganhos, que o agronegócio (“agro-business”) tenha se convertido no modelo do desenvolvimento agrícola brasileiro, que a Bolsa de Valores tenha experimentado o que a grande mídia designou como uma “era de ouro” (a Bolsa de Valores de São Paulo/BOVESPA subiu 523% em oito anos, com o maior ganho entre os 12 principais mercados do mundo), que os possuidores (os rentistas, nacionais e estrangeiros) de títulos da dívida pública tenham recebido pontualmente os maiores juros em vigor no mundo e que as agências internacionais que avaliam países “seguros para investimentos” lhe tenham conferido “boas notas” e que economistas a serviço do grande capital (nacional e transnacional) considerem que o tripé da economia brasileira – precisamente a fórmula defendida pelo FMI e o Banco Mundial: o superávit primário para o pagamento de juros, as metas da inflação e o câmbio flutuante – está “consolidado”. (PAULO NETO, 2010, p. 26-27, grifos do autor).



No campo da política monetária e fiscal, o documento critica as distorções resultantes do “custo do cumprimento das obrigações tributárias no Brasil”, e considera “desproporcionalmente grande e pesado para as empresas”, nesse sentido, preconiza que

Essas distorções serão difíceis de serem mitigadas enquanto o gasto público, inclusive o dito obrigatório, crescer de forma acentuada. Há que articular as metas para a dívida pública com maior disciplina no gasto público, estabelecendo uma trajetória para o gasto público, notadamente o gasto corrente, ainda que indicativa. Dessa forma, o governo poderia se concentrar mais facilmente em diminuir o atual ônus da complexidade das regras tributárias. Essa estratégia reforçará ainda a necessária parcimônia no uso de alívios tributários para alcançar objetivos de curto prazo. (CDPP, 2014b, p. 7, grifo do autor).

Nestes termos, o documento defende uma política de ajuste fiscal para pagamento da dívida pública em detrimento de investimentos estatais nas questões sociais. Questiona, inclusive, as vinculações constitucionais com saúde e Educação, nos gastos obrigatórios. Ainda, no “[...] ingrediente do crescimento da produtividade [...]” diagnostica que o país passou de um Estado com mão de obra abundante para um País “[...] com escassez de mão de obra.” (CDPP, 2014b, p.11). E advoga que o aumento da produtividade do trabalhador é questão central para o crescimento econômico, e é onde vinculam e subsumem a Educação aos interesses do capital, apresentando seu diagnóstico e concepção. Observe:

[...] melhoria da educação, principalmente da sua qualidade, e maior alocação de recursos na educação primária teriam efeitos positivos. São crescentes as evidências de que **a qualidade da educação é mais importante para explicar a diferença de produtividade entre os países do que os anos de estudo [...]** A desigualdade de renda continua elevada no Brasil, e a mobilidade entre as gerações ainda é uma das mais baixas do mundo. Mesmo que as famílias mais pobres tenham colocado seus filhos na escola, as condições da criança nos primeiros anos de vida e a qualidade da escola pública impedem que a maioria das crianças mais pobres consiga permanecer na escola até o fim do ensino médio. As que permanecem **não conseguem aprender o suficiente para poder ingressar no mercado de trabalho com condições de obter emprego qualificado no setor formal da economia.** (CDPP, 2014b, p. 11-13, grifo nossos).

O diagnóstico feito pelos tecnocratas e intelectuais orgânicos do capital indica que a função da Educação é preparar para o mercado de trabalho e, assim, contribuir para a retomada do crescimento econômico e da produtividade dos trabalhadores. Nessa toada, evidencia a essência da *sociedade do conhecimento*, um fenômeno ideológico do capital para incutir na sociedade e, sobretudo, nos trabalhadores, a falsa ideia de que a qualificação, por si só, garante o emprego.

Além disso, estes tecnocratas e intelectuais do capital tratam a Educação como meio para aquisição de competências e habilidades desvinculadas da formação humana, com capacidade crítica de compreensão da realidade estrutural e concreta. Eles revisitaram os argumentos da teoria do capital humano (1973), pois reduzem o ato de educar aos conteúdos



disciplinares instrumentais, que dotem o estudante de competências e habilidades que atendam às demandas de reprodução do capital e sua sociabilidade.

Nesta lógica, estão convergentes com as propostas do Banco Mundial e OCDE, sustentada na política de competências e habilidades. (PEREIRA, R., 2016; SOUZA, 2017). Vejamos: o texto *Sob a luz do Sol...* defende que “[...] o piso salarial deve ser definido localmente e vinculado às receitas de cada estado e município e não à receita do País como um todo. Deve ser diferente para cada município e estado de acordo com o custo de vida local.” (CDPP, 2014b, p. 13). Esta proposta desconsidera o princípio embutido no modelo de federalismo de cooperação entre os entes federados, consubstanciado na Constituição Federal de 1988, e rompe com os critérios de isonomia que foram inscritos na lei nº 11.738/2008, do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), política de valorização dos profissionais da Educação Básica brasileira, que foi criada a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), e que impõe à União complementar recursos de estados e municípios que não possuem recursos próprios para o atendimento do marco legal.

Para os intelectuais orgânicos do capital, a política de valorização docente deve se pautar pelo “[...] uso do regime probatório para avaliação de bons professores efetivos e demissão dos piores professores.” (CDPP, 2014b, p. 13). Mais uma vez, o documento converge com as proposições da OCDE, quando estas afirmam que, para atrair, desenvolver e reter os professores eficazes deve-se vincular remuneração com desempenho. (OCDE, 2006).

A política de valorização docente, na concepção do capital, está subsumida aos interesses que lhes são úteis. Via de regra, a política de bonificação de professores e de escolas está vinculada ao desempenho dos estudantes em verificações de larga escala, que cobram resultados pré-determinados. Estes, por sua vez, estão vinculados àquelas demandas do mercado de trabalho e da produtividade. Tal política estabelece uma sinergia entre a tríade qualidade, desempenho e mercado, e acaba por impor, aos docentes, um tipo de currículo que atende ao projeto hegemônico conservador.

Ainda, este modelo instala um ambiente de competitividade e individualismo dentro das escolas públicas, induzindo à fragmentação da carreira e do salário docente, além de dissuadir o senso coletivo dos trabalhadores em Educação, desumanizam o trabalho docente e o trabalhador, tornando-o abstrato e estranho à atividade humana.

Ainda no campo das *propostas para melhorar a qualidade da educação*, *Sob a luz do Sol: uma agenda para o Brasil* sugere o Programa de Incentivo à Efetividade (PIE), que tem como objetivo disciplinar as transferências de recursos da União para estados e municípios “[...] com base em um indicador de eficiência educacional de cada unidade da federação.” (CDPP, 2014a, p. 13). Nesta lógica, “[...] as unidades que mais evoluíssem nesse



indicador obteriam mais recursos desse programa.” (CDPP, 2014a, p. 13). O indicador a que se refere seria composto por sete itens:

I. Adoção do currículo nacional mínimo. II. Uso de avaliações externas anuais para acompanhar o aprendizado de todos os alunos; III. Eficiência na aplicação dos recursos: relação entre nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e gastos; IV. Porcentagem de escolas com pelo menos seis horas efetivas de aula por dia; V. Valorização do bom professor: uso do regime probatório para avaliação de bons professores efetivos e demissão dos piores professores; VI. Permissão para o funcionamento de organizações sociais, tipo escolas charter (OS educacionais). VII. Intervenção nas piores escolas. Fechamento ou intervenção com objetivo de melhorar as notas na Prova Brasil (CDPP, 2014b, p.13-14).

Este excerto sistematiza o programa dos tecnocratas e intelectuais orgânicos do capital para Educação Básica pública brasileira, e a coloca no bojo de um projeto hegemônico-conservador que caminha a passos largos no contexto internacional e nacional. Ao proporem um currículo nacional mínimo, dialogam com a perspectiva de enxertar, nos conteúdos, os interesses do mercado e da produtividade. E mais: para regular e fiscalizar esse processo, utilizaram as *avaliações* em larga escala e, com os resultados, disciplinam o financiamento da Educação, do trabalho e remuneração docente. Inovam ao justificar a transferência de recursos públicos para iniciativa privada via gestão compartilhada das escolas, sob a administração de organizações sociais do terceiro setor. Há uma simetria com o que preconiza o Banco Mundial, observe

[...] a nova estratégia para o sistema educacional centra-se em maior responsabilização e resultados como complemento para proporcionar recursos. Reforçar os sistemas educacionais significa alinhar a sua governança, a gestão de escolas e professores, regras de financiamento e mecanismos de incentivo, com o objetivo da aprendizagem para todos. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 6).

Para completar, apontam para o fechamento das escolas públicas que não alcançam tais índices, e responsabilizam diretores, professores e estudantes pelo fracasso escolar. Mais uma vez, *Sob a luz do Sol...* parece convergir com os documentos da OCDE, pois ela defende que

As medidas de responsabilização destinadas a estudantes, professores e escolas podem complementar-se mutuamente para melhorar os resultados dos alunos. Os exames de conclusão externos e a utilização de avaliações para a tomada de decisões sobre a aprovação e a reprovação de alunos incentivam a aumentar o desempenho, enquanto o uso de avaliações para alunos em grupo reduz o desempenho. Testes padronizados regulares são benéficos somente onde padrões claros e objetivos são definidos por meio de exames de conclusão externos. O desempenho dos alunos aumenta também quando os professores são responsabilizados, porque seus diretores e inspetores externos monitoram suas aulas. Da mesma forma, os alunos têm melhor desempenho se suas escolas são responsabilizadas, porque são usadas avaliações para compará-las com o desempenho local ou nacional. (OCDE, 2007, p. 58, tradução nossa).



Portanto, a continuidade e aprofundamento das reformas na Educação podem ser constatados: a) na criação de grandes conglomerados de grupos econômicos que detêm parcela significativa das instituições particulares de Ensino Superior, como o grupo empresarial transnacional Kroton/Anhanguera Educacional, um dos maiores acionistas da Bovespa; b) as parcerias com fundações e institutos – como a Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco, Todos Pela Educação - que, no geral, são vinculados e/ou sustentados por grupos empresariais que se apresentam como alternativa à suposta má gestão do Estado brasileiro, e passam a receber recursos públicos para administrar escolas e gerir sistemas de ensino.

Trata-se, em última instância, da apropriação do fundo público para gerir e sustentar interesses empresariais privados, já que “[...] no capitalismo ocorre uma disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal. Revela que o orçamento público cobiçados pelos investidores é um espaço de luta política, com as diferentes forças da sociedade, buscando inserir seus interesses.” (SALVADOR, 2012, p. 1).

CONSIDERAÇÕES E NOTAS

Neste ensaio foram problematizadas as marcas de dominação e exploração do capital constituintes do fenômeno da globalização e da financeirização da economia sob a hegemonia dos países do capitalismo central. No contexto de crise estrutural do capital, investidores e detentores dos meios de produção procuram novos nichos de investimento e, assim, aparelham o Estado capitalista para que atenda seus interesses e implemente um novo tipo de gestão pública, ancorada na transferência de recursos estatais para sustentar e salvaguardar os lucros do empresariado. A partir de parcerias público-privadas, a administração dos serviços públicos entrega, para empresas, fundações e institutos, a oferta de serviços públicos, e justifica este processo de ineficiência do Estado para gerir a coisa pública.

No campo educacional, esse processo combina duas direções concomitantes. Por um lado, busca subsumir a Educação pública aos interesses de um suposto crescimento econômico, induzindo à instrumentalização do processo de ensino e aprendizagem às demandas dos setores produtivos e na conformação social da classe trabalhadora a seus determinismos. Neste sentido, em convergência com as formulações do Banco Mundial e a OCDE, difundem a ideologia da sociedade do conhecimento, tentando fazer crer que a simples qualificação garante lugar em um mercado de trabalho onde não há vagas para todos. Por outro lado, a partir dessa política, os organismos internacionais capturam partidos e governos e, com a participação do empresariado educacional e dos intelectuais orgânicos do capital, conformando uma tríplice governança na política educacional, preconizam continuidades e o aprofundamentos de reformas que viabilizam um processo de privatização



na e da Educação, alterando seu caráter público e estatal, transformando-a em um nicho de investimentos financeiros.

A captura ideológica de partidos, empresários e governos faz com que, mesmo setores políticos que se confrontam na sociedade, implementem programas, projetos e políticas educacionais que possam adaptar a Educação aos marcos da crise estrutural do capital, amparados pela ideologia da sociedade do conhecimento e da nova gestão pública racional, burocrática e utilitária. Porém, há resistências! Nesses movimentos, emergem posicionamentos e ações da sociedade civil organizada em entidades científicas e associações que confrontam os interesses do capital e buscam defender o caráter público, laico, estatal e democrático da Educação brasileira.

O golpe jurídico, midiático e parlamentar, consumado em 31 de agosto de 2016 depôs a presidente Dilma Rousseff e, em seguida Michel Temer aprovou, no Congresso Nacional, as seguintes medidas: Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita o teto de gastos públicos por vinte anos; a Lei nº 13.415/2017, que Reformou o Ensino Médio a partir de uma Medida provisória; a Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017, que dispõe sobre a reforma trabalhista e, ainda, modificou a composição das entidades integrantes do Fórum Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Educação, favorecendo a presença de entidades privatistas em detrimento daqueles que defendem a Educação pública.

Cabe a nós não apenas interpretar o mundo, mas agir para transformá-lo e, para isso, é necessário que os movimentos sociais, associações científicas que defendem a Educação pública, gratuita, laica, inclusiva e com qualidade socialmente referenciada se ocupem da tarefa de participar do Fórum Nacional Popular de Educação e ajudem a construir e organizar Conferências e Encontros Nacionais Populares de Educação como espaços de luta e resistência, em defesa intransigente da Educação pública e estatal como um direito humano que imprime, em nós, a humanidade e o senso de justiça.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos**. Estratégia 2020 para a Educação. D.C. Washington. 2011.

BUENO, C. A. R.; FIGUEIREDO, I. M. Z. A relação entre educação e desenvolvimento para o Banco Mundial: a ênfase na “satisfação das necessidades básicas” para o alívio da pobreza e sua relação com as políticas para a educação infantil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: Anped Sul, 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1024/128>>. Acesso em: 03 jun. 2017.



CDPP. Centro de Debates de Políticas Públicas. **Relatório 2014**. 2014a. Disponível em: <http://cdpp.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/CDPP_Relatorio-Anual2014.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

CDPP. Centro de Debates de Políticas Públicas. **Sob a luz do sol: uma agenda para o Brasil**. 2014. 2014b. Disponível em: <http://cdpp.org.br/site/wp-content/uploads/2014/09/SobaLuzdoSol_v2209_2.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

FELDFEBER, M. Internacionalização da educação, “tratados de livre comércio” e apolíticas educativas na América Latina. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. (Org). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREITAS, L. C. Ajuste Estrutural e as contrarreformas no ensino superior brasileiro resultantes dos postulados neoliberais do Consenso de Washington. **Universidade e Sociedade**, ano XXVII, n. 60, jul. 2017.

GIDDENS, A. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Tradução de Maria Luiza X. De Borges. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KIM, J. Y. **Educación para el crecimiento y la prosperidade**. Discurso do presidente do Grupo Banco Mundial Jim Yong Kim, em Dubai, Emirados Árabes Unidos em 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/news/speech/2017/02/13/education-for-growth-and-prosperity-a-keynote-speech-by-president-jim-yong-kim>>. Acesso em: 20 out. 2017.

LEHER, R.; VITTORIA, P.; MOTTA, V. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal, Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, abr. 2017.

LOMBARDI, J. C. **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

OCDE. Política Educacional. School Accountability, Autonomy, Choice, and the Level of Student Achievement International Evidence from PISA 2003. **OECD Education Working Paper**, n. 13, 2007. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/education/school-accountability-autonomy-choice-and-the-level-of-student-achievement_246402531617>. Acesso em: 30 mar. 2017.

OCDE. **Professores são importantes**. Atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. São Paulo: Moderna; OCDE, 2006.



PAULO NETO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE, 3., 2010, Serpa/Portugal. **Anais...** Serpa/Portugal, 2010. p.1-41, mimeo.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro - 1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

PEREIRA, R. da. S. **A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE**. 2016. 284 f. il. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PERONI, V. M. V. As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira. In.: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-18. De 04 a 08 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/nebulosas-fronteiras-entre-o-publico-e-o-privado-na-educacao-basica-brasileira>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SALVADOR, E. fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, v. 14, n. 2, p. 4-22, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SILVA, M. A. da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados; Fapesp, 2002.

SOUZA, N. N. de. **Política e gestão da educação básica pública: o Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins**. 2017. 272 f., il. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

STIGLITZ, J. E. **Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Notas

¹ Cientista Social. Doutor em Educação (UnB). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, atuando na graduação e na pós-graduação. Desenvolve pesquisas no campo do Estado e Políticas Educacionais.

² Doutora em Educação (Unicamp). Pós-doutorado na Universidad de Salamanca - Espanha. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília gestão 2014-2016 e 2016 -2018. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Organismos Internacionais, Gestão e Políticas para Educação Básica - **ÁGUIA**- certificado no Diretório da CAPES/CNPq.

³ Informação eletrônica, sem número de página.

⁴ Harvey (2011) explica que “[...] a tendência de investimentos em ativos se tornou generalizada. De 1980 em diante vieram à tona periodicamente relatórios sugerindo que muitas das grandes corporações não financeiras gravavam mais dinheiro de suas operações financeiras do que fazendo coisas” (p. 28). “Na década de 1990, a resposta foi clara: aumento do endividamento em relação ao capital existente” (p. 33). E esclarece: “O capital financeiro, tanto internamente nos EUA quanto internacionalmente, teve de se mudar para o primeiro plano



para alocar o excedente de capital para onde a taxa de lucro fosse maior” (p. 35). Ainda expõe a hegemonia global dos EUA e dos seus Organismos Internacionais no fenômeno da financeirização.

⁵ Segundo seu relatório anual de 2014, o Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP) é uma “[...] organização sem fins lucrativos, independente e apartidária que se dedica a estudar e debater questões relacionadas aos temas de economia brasileira e internacional; o papel do Estado, democracia e desenvolvimento; entre outros, como educação; segurança pública e desenvolvimento urbano. Entre os nossos objetivos destaca-se identificar, pesquisar, e analisar com profundidade os principais temas e problemas que afetam o país, visando oferecer contribuições ao debate público. O CDPP é uma entidade mantida pelos seus sócios: economistas, acadêmicos e empreendedores.” (CDPP, 2014a, p. 2).

⁶ O documento *Sob a Luz do sol...* está dividido em sete seções. As primeiras (de 1 a 3) concentram-se nos eixos de gestão das políticas públicas e institucionalização da economia, e no da consistência das políticas macroeconômicas, como a seguir: (1) Marco institucional e a recuperação da produtividade; (2) Propostas e princípios de governança das políticas públicas; e (3) Propostas de política monetária e fiscal. Concentramos as últimas quatro seções na produtividade (do trabalho e total), abordando: (4) Investimentos em infraestrutura e a regulação econômica; (5) O desafio da demografia e a contribuição do trabalho ao crescimento; (6) Propostas na educação e políticas sociais; e (7) A abertura da economia como um catalizador do crescimento. (CDPP, 2014b, p. 2-3).

Submetido em: 07/01/2018

Aprovado em: 08/06/2018

Publicado em: 22/06/2018